



O “Gaiamum Petroleiro”, o “Meio Ambiente”, o “Quilombo” e o “Manquintal”: notas sobre (des)fazer mundos nas paisagens de manguezo Recôncavo da Bahia

Rafael Palermo Buti¹

Resumo: As reflexões trazidas no presente artigo são resultado da minha atuação como docente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) de São Francisco do Conde-BA e pesquisador nas comunidades quilombolas pesqueiras de seu entorno. Me valho das experiências nos diferentes contextos de interlocução junto aos pescadores, estudantes, pesquisadores e aliados para apresentar modos de produção de mundos nas paisagens de manguezal no Recôncavo da Bahia. A partir das categorias e teorias etnográficas, mostro os engajamentos criativos, as sínteses conceituais, as estratégias de luta e cuidado dos pescadores e pescadoras artesanais e seus aliados nas áreas de manguezal diante das situações de racismo institucional e ambiental, precarização da vida e perturbação das paisagens impostas pela monocultura e pela cadeia de exploração do petróleo.

Palavras-chave: pescadores artesanais, petróleo, antropoceno, racismo ambiental, guaiamum.

Introdução

O presente artigo é resultado da minha atuação como docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) em São Francisco do

¹ Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, e coordenador do projeto “Um Contraponto do Mangue: territórios pesqueiros, petróleo, monocultura e justiça ambiental no Recôncavo da Bahia” (Fapesb).

Conde (Recôncavo da Bahia) e pesquisador nas comunidades quilombolas pesqueiras de seu entorno desde meados de 2016.² Me valho das experiências nos diferentes contextos de interlocução junto aos pescadores, estudantes, pesquisadores e aliados para descrever modos de produção de paisagem nos manguezais do lugar. O texto se inspira em três autorias: Tim Ingold (2015), quando defende que lugares são, tão somente e necessariamente, histórias; Arturo Escobar (2015), quando reivindica a dimensão ontológica das lutas por território por parte das comunidades tradicionais; e Ana Tsing (2017, 2019), quando nos convida a coletar e contar histórias nas/das paisagens perturbadas e modos de ressurgência no antropoceno.

Orientado por teorias e categorias etnográficas, trarei narrativas sobre histórias/lugares/mundos nas paisagens de manguezal do Recôncavo da Bahia. Com elas busco apresentar os engajamentos criativos, as sínteses conceituais, as estratégias de luta e cuidado dos pescadores e pescadoras artesanais e seus aliados nas áreas de manguezal diante das situações de racismo institucional e ambiental, precarização da vida e perturbação das paisagens impostas pela monocultura e pela cadeia de exploração do petróleo.

O Vazamento de Petróleo e a Independência da Bahia

Quinta-Feira, madrugada de 16 de maio de 2018. Um duto da Petrobras se rompe nas imediações do quilombo Dom João, contaminando áreas residenciais, roças e o manguezal. Ali, ambientes habitados por crustáceos, peixes, plantas, pássaros, pescadores, marisqueiras e rios amanhecem cobertos de óleo e com a cor escurecida. A subida da maré no dia seguinte espalhou o petróleo a outros pontos do manguezal, desaguando na Baía de Todos os Santos. De barco e a pé, alguns moradores de Dom João passam a registrar a catástrofe, produzindo dados para subsidiar as denúncias junto aos órgãos responsáveis. Imagens do mangue preto, com caranguejos mergulhados no petróleo, peixes e aratus mortos, passam a circular pelas redes sociais.

Responsável por transportar o petróleo extraído das “trincheiras do Marapé” (como é conhecida a base de exploração localizada no manguezal do Marapé) à refinaria Landulpho Alves, a “linha do petróleo” (como são chamados os dutos) rompeu por conta

² Os cursos a que estou vinculado como docente são o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e a Licenciatura em Ciências Sociais, sediados no Campus dos Malês, São Francisco do Conde, Bahia.

do desabamento de um aterro. As fortes chuvas de maio foram, segundo moradores, os fatores do desabamento, e do conseqüente rompimento da linha e espalhamento do petróleo morro e mangue abaixo.

Antes de chegar às áreas residenciais, roças e manguezal em Dom João, o petróleo derramado percorreu os canaviais que separam a base petroleira de Marapé das áreas de moradia da comunidade. A partir de então, o tom esverdeado, amarelado e amarronzado dos canaviais que sempre compuseram as paisagens de massapê do Recôncavo desde o contexto colonial, dividia com o petróleo sua coloração em Dom João.

Um dia depois a Petrobras iniciava a tentativa de descontaminação e limpeza do mangue, o que dava à paisagem estuarina uma nova composição: em lugar de marisqueiras, gaiamunzeiros e caranguejeiros ocupando, com seus petrechos de pesca, o mangue junto às espécies, homens vestidos com capa laranja e chapéu de proteção branco ali faziam a contenção e a sucção do petróleo em meio a um cheiro bastante forte. Impedidos de adentrar no mangue, os moradores assistiam à distância os trabalhadores da Petrobras colocarem barreiras de contenção do óleo, além do manuseio de um sugador conectado a um caminhão estacionado em uma estrada de chão batido na beira de mangue. O movimento e o barulho eram intensos. O cheiro, bastante forte, era sentido na estrada de rodagem que liga o município de São Francisco do Conde a Candeias.

No dia 2 de julho do mesmo ano, a Associação Quilombola Dom João publicava uma carta aberta assinada por entidades e grupos parceiros denunciando o ocorrido³. A data escolhida pela comunidade não foi aleatória: 2 de julho é o dia comemorativo da independência da Bahia, evento anualmente ritualizado por sua população que celebra a expulsão das tropas lusitanas de Madeira Melo do Brasil, nos idos de 1823. Segundo o historiador Joel Rufino (1979), a data remonta ao “dia em que o povo ganhou” (nome de seu livro homônimo), em referência aos episódios que culminaram na expulsão definitiva dos portugueses do Brasil. Para este autor, o apagamento das histórias da Independência da Bahia nos cânones de uma história oficial da Independência Nacional é correlata ao apagamento das histórias das lutas antiescravistas nos cânones de uma história oficial da Abolição da Escravidão. Em ambas, são as figuras da elite imperial (Dom Pedro e Princesa Isabel) quem, em um ato benevolente e sem atritos, figuram representadas

³ O nome do documento é: “*Quilombo Dom João em Defesa do Meio Ambiente e contra o Derramamento e Contaminação de Petróleo*” – Carta Aberta da Comunidade Quilombola Dom João sobre o derramamento de petróleo ocorrido no dia 16 de maio de 2018, São Francisco do Conde, 02 de Julho de 2018.

como concededoras da dádiva ao país (sua independência e liberdade), deslocando os personagens reais (o povo) ao polo de uma passividade, invisibilidade e cordialidade próprias embebidas no mito da democracia racial.

Na carta de Dom João, o quilombo (este lugar consagrado pela ideologia nacional como o símbolo maior de resistência antiescravista) recupera a data para reivindicar sua independência do petróleo e da precariedade imposta por sua cadeia de exploração e refino. Ao fazê-lo, se coloca como defensor do mangue, e acusa os órgãos ambientais de negligência, por durante décadas contribuírem para a produção da morte nos lugares de vida e pesca de sua população. No documento, a Associação coloca os pescadores e pescadoras de Dom João como os “guardiões” e protetores das áreas de manguezal, lugar da resistência, liberdade e independência do povo negro que sempre viveu nos ditames da “mãe maré”.

O guaiamum petroleiro e o duplo sentido do cuidado

A cena do vazamento em Dom João evidencia um caso muito concreto do impacto das perturbações por petróleo nos ambientes que conformam os territórios pesqueiros no Recôncavo, justamente no período em que o próprio petróleo e o valor dos seus derivados estava na pauta temática da opinião pública brasileira. Foi no dia 20 de maio daquele ano, três dias após o vazamento no Marapé, que deflagrou-se o movimento de paralisação dos caminhoneiros e motoristas pelas estradas do Brasil: enquanto estes reivindicavam a flexibilização das tarifas de pedágio e a diminuição do valor do petróleo “refinado” para o transporte dos caminhões e automóveis, o território de Dom João recebia, gratuitamente e aos jorros, um petróleo “puro” com poder de matar as vidas multiespécies que o conformam. Para aquele caso a cobertura da mídia era completa, para este não existia. A oficialidade não serve para contar algumas histórias.

Não era a primeira vez que um vazamento marcava essa relação direta, e desigual, do petróleo para com os moradores de Dom João. Pouco mais de um ano antes do vazamento no Marapé, em fevereiro de 2017, acompanhei um dos seus habitantes em uma pescaria de guaiamum, crustáceo que vive nas áreas do entorno da parte mais úmida dos manguezais, nos “*costeiros*”, como são conhecidos na cidade esses ambientes de transição entre manguezal e florestas. Na ocasião desta pescaria realizada próxima a Dom João,

o pescador se preparava para recolher as últimas “ratoeiras”⁴ que armara nas tocas de guaiamum. Ao abrir uma dessas, nos deparamos com o que ele mesmo denominou de “*guaiamum petroleiro*”: um guaiamum de coloração preta, com uma consistência oleaginosa e um cheiro bastante forte, fruto da contaminação por petróleo da área no fundo do buraco onde o animal morava, de profundidade algo em torno de 2 metros.

Este petróleo que ocupava o fundo do buraco onde vivia o *guaiamum petroleiro* não foi ali parar por decorrência de um vazamento recente, como no caso do Marapé. Tratava-se, ao contrário, de um petróleo vazado há décadas, quando o então pescador, ainda criança e morador do local, ouvira falar do rompimento de um duto na estrada vizinha, o que ocasionou, de noite, uma grande explosão e a descida do petróleo rio abaixo em direção à Baía de Todos os Santos. Conta-se que a descida do petróleo pelas águas foi percebida por alguns moradores em decorrência de um fogo de 5 metros de altura que descia pelo rio, além do forte cheiro. Eis as condições “petro-ambientais” que fizeram com que existisse um *guaiamum petroleiro* décadas depois.

De uma forma importante, a história do petróleo na cidade está inscrita no corpo do animal: seu nome duplo batizado pelo pescador indica a condição híbrida de uma “natureza” atravessada por uma “cultura” da exploração dos recursos mediante os rastros do petróleo. O que surpreende é o intervalo de tempo que separa este vazamento épico do dia do nosso encontro com o *guaiamum petroleiro*: algo em torno de 40 anos. Há, portanto, uma memória social e uma história ambiental dos vazamentos, ambas ignoradas pela oficialidade, que prefere louvar a cadeia petroleira na cidade.

O *guaiamum petroleiro* é incrivelmente resistente, não morreu contaminado, diferente do caranguejo encontrado por Dona Dandara⁵ em Dom João dias depois do vazamento no Marapé. Contara a senhora de mais de 70 anos em uma reunião da Associação Quilombola Dom João que, ao encontrá-lo morto pelo petróleo, teve que enterrá-lo pela tristeza de ver seu corpo jogado na beira do quintal. Pescar um *guaiamum petroleiro* e

⁴ As ratoeiras são o apetrecho utilizado em vários locais do Brasil para pescar o guaiamum. São armadilhas construídas pelos próprios pescadores com materiais facilmente disponíveis em seu ambiente, incluindo uma estrutura cilíndrica que pode ser feita com garrafas PET, canos de PVC, embalagens plásticas diversas, latas de óleo ou de leite. Numa extremidade dessa estrutura prende-se uma tampa quadrada de madeira ou plástico, acoplada a um cabo, em geral de madeira. A tampa se liga ao cilindro por uma tira de borracha de pneu (ou *liga*). Dentro dela é colocado um arame onde se enfia uma isca para o guaiamum.

⁵ Para preservar a identidade dos interlocutores, os nomes aqui usados são fictícios.

enterrar um caranguejo morto pelo petróleo evidenciam práticas de relação e afeto dos pescadores e pescadoras de Dom João nos ambientes de mangue: diferentes formas de conviver, coabitar e cuidar da vida em meio às finitudes impostas pela cadeia petroleira. A pergunta que podemos formular é: que tipo de híbridos e seres o vazamento no Marapé ocorrido em 2018 poderá produzir daqui para frente? Porque dias depois do vazamento ele produziu morte.

A Maré, a Prainha e a Trincheira

Marapé e Dom João não são exemplos isolados de derramamento de petróleo, uma vez que a cidade foi um dentre os primeiros *locus* de sua exploração no país, ainda nos anos 1950. São Francisco do Conde ainda produz petróleo, e figura, por conta dos seus royalties, como um dentre os municípios com a maior renda per capita nacional. Tal riqueza não implicou uma melhora na qualidade de vida dos seus cidadãos, de maioria negra, haja vista o baixo IDH conjugado a um elevado índice de Gini: o que faz de sua população ter dificuldades de acesso à terra e uma qualidade de vida com indicadores sociais de grande vulnerabilidade (Sansone, 2007; Geografar, 2015). Foi acompanhando um pescador no Marapé que ouvi dizer que os três “pretos” valorizados na cidade são o “café”, “Pelé” e o “petróleo”, e não sua população negra, sobretudo a que vive da pesca.

Pela relação histórica da cidade com a cadeia petroleira nacional, suas áreas de manguezal são ocupadas tanto pelas novas e desativadas infraestruturas da Petrobras quanto pela presença do que seus moradores chamam de “prainha”: nome dado ao mangue morto pela contaminação por vazamento de petróleo. As paisagens da prainha na cidade são reconhecidas pela ausência das espécies de árvores de mangue vermelho e branco e, portanto, das muitas vidas que ali vivem às suas sombras, sobretudo os crustáceos e moluscos que se alimentam das e nas folhas e raízes.

Há relação entre a produção das prainhas e a maré. Em uma reunião organizada pela Comissão Pastoral dos Pescadores em setembro de 2018, Dona Maria Filipa, pescadora quilombola de Acupe, afirmou que a “maré é uma só”, referindo-se à implicação dos vazamentos ocasionados pelas indústrias em todo o território pesqueiro do Recôncavo. Dizia a senhora de mais de 60 anos que a “mãe maré”, que dá vida às espécies e rege o ciclo dos peixes e pescadores, é também a força que leva a contaminação de um lugar ao outro. Isso explica a existência das prainhas em vários pontos da cidade, mesmo em

locais não diretamente afetados por um vazamento. Isso implica aos humanos a necessidade de cuidar do mangue diante do avanço das contaminações. A mesma maré que produz a vida tem potência para levar a morte.

As reflexões de Dona Maria Filipa nos lembram as palavras de Ailton Krenak recuperadas no texto de Alexandre Nodari (2018), quando este discorre sobre o sentido ambivalente do cuidado com o mundo: é necessário ter “cuidado com o mundo porque ele é frágil e podemos destruí-lo, mas também, e ao mesmo tempo, precisamos ter cuidado com o mundo porque ele é perigoso e pode se vingar das nossas ações” (Idem: 08).

O duplo sentido do cuidado nos leva ao que Isabelle Stanger (2015) chama de o “tempo das catástrofes”. Nele, “teremos que responder incessantemente pelo que fizemos diante de um ser implacável”, “Gaia”, cuja intrusão e indiferença determina o “devir monstruoso” (Idem: 41) que se descortina, primeiramente e principalmente, às populações pobres do planeta, as que, justamente, não se são as responsáveis pela catástrofe. Em São Francisco do Conde a intrusão de Gaia é a intrusão do petróleo e seus devires monstruosos nas áreas de manguezal. Em São Francisco do Conde, a intrusão é de Gaia-mum Petroleiro.

Diante dela, os pescadores artesanais de Dom João e suas imediações travam algo parecido ao que Arturo Escobar (2015) chama de “luta ontológica”, entendida como a defesa dos muitos mundos que habitam o planeta diante das crises ecológicas produzidas pelo grande mercado. Ao nomear uma de suas bases de exploração de “trincheira de Marapé”, a Petrobras assume a “luta ontológica”. Boa parte do mangue ao redor da trincheira está morta, mas não vencida. É possível ressurgir? Em uma atividade de “caminhau” que ofereci para o curso de Bacharelado em Humanidades no próprio Marapé quatro dias antes do vazamento do dia 16 de maio, Zumbi, pescador de Dom João responsável pela dinâmica, disse que sim. Basta replantar o mangue de uma forma diferente da que os projetos de recuperação da Petrobras têm feito: com amor. Produzir mundos é, também, amar. O petróleo recém-vazado em Dom João foi dali extraído. Se a área recém-afetada virará uma prainha, só o futuro (e a maré) poderá dizer. De todo modo, a guerra (e a “luta ontológica”) está declarada.

O Meio Ambiente, o Quilombo e o Manquintal

Voltemos a cena. Um aterro produzido sobre um duto da Petrobras desmorona. O mesmo se rompe. O petróleo desce pelos canaviais até chegar às áreas residenciais e

de mangue de uma comunidade quilombola pesqueira. Petróleo, canavial, quilombo e mangue compõem o enredo dessa história, estruturada pelo que as lideranças dos movimentos pesqueiros e quilombolas da Bahia têm chamado de “racismo” e “sacrifício ambiental” (Santos, 2017): este fenômeno que expõe aos riscos de contaminação e doença justamente a população negra e pobre da região, aquela que não somente não é a responsável pelas catástrofes, mas a que sequer participa das esferas decisórias sobre a implementação de projetos que podem mudar o rumo de suas vidas.

Até a abolição da escravatura, Dom João era um engenho de açúcar pertencente a uma renomada família de barões escravocratas (Barickman, 1998). Nas margens do rio está o porto Dom João, que escoava o açúcar produzido a Salvador. À época o Recôncavo respondia por boa parte da produção nacional de cana para a exportação. A partir dos 1920 Dom João passa a sediar uma usina de açúcar. A desativação da usina nos anos 1960 e a compra das terras por parte de novos proprietários trouxeram implicações para parte das famílias de trabalhadores que ali viviam, e que seriam expulsas nos anos 1980 e 2000 (Pinto, 2016). A partir dos anos 2010 a justiça local inicia um processo de reintegração de posse, determinando o despejo das famílias e a destruição de algumas residências, a incluir dois terreiros de candomblé.

Concomitante ao processo de reintegração de posse e a derrubada das casas, a prefeitura passou a acionar a legislação ambiental, através da Secretaria do Meio Ambiente, para justificar a retirada dos moradores da área. Placas foram colocadas ao redor das residências informando um estatuto jurídico do território até então alheio às concepções locais: APP - Área de Preservação Permanente. Relatórios técnicos passaram a ser produzidos pela Secretaria, justificando a incompatibilidade entre a presença dos pescadores e as áreas de manguezal e beira de rio. É com essa justificativa que a prefeitura judicializou o processo de titulação do território junto ao INCRA, aberto pela comunidade em 2013. Em suma, o meio ambiente é inimigo de Dom João e vice-versa. Nesse cenário de guerra nasce a luta quilombola em Dom João, para interromper um ciclo de racismo e expropriação que sempre marcou o lugar. A luta quilombola nasce a partir da interlocução de seus moradores com outras comunidades quilombolas, pesqueiras e tradicionais do Recôncavo e do Brasil.

Remetido à história do açúcar, Dom João foi o nome da primeira base de exploração do petróleo para fins comerciais no Brasil. Por conta dos diferentes processos que ocorreram no local, boa parte das áreas residenciais atuais está localizada em áreas de

aterramento produzido pela estatal ao longo de 50 anos de exploração. Embora não esteja em funcionamento, parte das estruturas do petróleo e do açúcar continua nas paisagens de Dom João: as ruínas do ancoradouro, as vigas da caldeira de petróleo, a chaminé da usina, o cimento da lavagem de caminhão, compõem o ambiente das casas, lugar de residência de aproximadamente 80 famílias.

Antes da chegada da Petrobras, parte das atuais áreas residências era ambiente de “lama” e “mangue mole”, como dizem, lugar impraticável para que humanos construíssem casas e guaiamuns caminhassem e abrissem suas tocas. Seguidos processos de aterramento para exploração e transporte do petróleo produziram não somente a contaminação do mangue, a mortandade multiespecífica e o arruinamento das paisagens, mas a criação de um ambiente também favorável à ocupação de humanos e guaiamuns. Trata-se, como relata um morador, de “*uma encosta feita com tauá*”, uma espécie de argila ou areia misturada com dejetos da indústria petroleira e material do mangue escavado e soterrado pelos tratores.

Ou seja, o argumento conservacionista do Meio Ambiente, que tende a “purificar” a natureza retirando sua dimensão antrópica, não leva em consideração a dimensão “feita” pela infraestrutura petroleira nas paisagens do lugar (que aqui chamo de *Petroceno*⁶), bem como a escala de degradação do petróleo em comparação aos impactos dos pescadores. Não à toa a comunidade ter organizado, algumas semanas após o vazamento, uma caminhada intitulada Tóxico Tour, entoando o seguinte grito: “*petróleo pode, preto não, morar em Dom João?*”

Na paisagem *petrocênica* de Dom João foi viver Zumbi. Nascido na fazenda vizinha, Zumbi passara a viver nos anos 1980 nas ruínas das caldeiras de petróleo desativadas pela Petrobras. Fora ali, ao redor de uma Tamarineira e das vigas que sustentavam uma área de processamento do petróleo, que Zumbi erguera sua residência e sua resiliência.

⁶ A sugestão do *Petroceno* vem ao encontro das reflexões de Donna Haraway (2016) em relação aos limites do conceito de antropoceno como nova era ou época geológica: sobretudo a aplicação generalizada do termo *antropos* aos grupos humanos que não somente não respondem pelas causas dos desastres ecológicos como encerram humanidades outras. Segundo esta autora, “capitaloceno” e “plantationceno” são termos que vinculam e co-responsabilizam mais diretamente o tipo de humanidade causadora da Grande Aceleração: ocidental, colonialista, monocultura, escravista e capitalista. O termo *Petroceno* vem se juntar à lista, como forma de descrever as infraestruturas do petróleo na produção das paisagens nos manguezais do Recôncavo da Bahia. Ele serve, sobretudo, de contra-narrativa ao argumento conservacionista da Secretaria do Meio Ambiente de São Francisco do Conde, que ignora a presença da cadeia petroleira na conformação das áreas de manguezal em Dom João.

Ao lado está o rio, um ancoradouro de barco e um local de lavagem de caminhões. Em seu quintal Zumbi concebeu e criou, há duas décadas, um berçário de reprodução de guaiamuns, onde cuida das fêmeas, regula a água, alimenta-as e se relaciona com os guaiamuns que nascem em seu entorno.

Além do berçário, em seu quintal há inúmeras espécies de árvores, plantas e folhas, plantadas pelo mesmo e por seus parentes ou nascidas de forma espontânea, configurando o que um grupo de estudantes da Unilab, em trabalho de campo para a disciplina Laboratório de Saberes, chamou de “*Manquintal*” (Bathilon *et al*, 2018). O *manquintal* é um composto de mangue e quintal, categoria que descreve este espaço de vida das populações pesqueiras que conjuga áreas de manguezal com ambientes domésticos. O *Manquintal* é um lugar multiespecífico típico das “ontologias relacionais” (Escobar, 2015), onde humanos e não-humanos formam parte integral dos mundos em suas múltiplas relações. O *Manquintal* confunde as fronteiras rígidas reivindicadas pela “ontologia dualista” enquanto projeto da modernidade baseado na separação natureza/cultura tão presentes nas concepções dos operadores do direito ambiental e do ambientalismo conservacionista (Escobar, 2015; Latour, 1994; Little, 2002).

Por ocupar as ruínas do açúcar e do petróleo e fazer de um lugar contaminado um ambiente de reflorescimento de vida multiespecífica e cuidado, moradores de Dom João como Zumbi e Dandara estão inseridos no que Ana Tsing (2017) chama de *ressurgência*: entendida como o trabalho de muitos organismos negociando suas diferenças para forjar ajuntamentos multiespécies em meio aos distúrbios de paisagens arruinadas. Habitar as ruínas do açúcar e do petróleo implica ressurgir nas paisagens conformadas pela pressão das fazendas e da indústria petroleira, e propor como vida o existir nos mundos impostos pelo latifúndio, pela contaminação, pela exclusão, suas ruínas e cercas.

O Recado do Mangue

Contei histórias vinculando conceitos locais com modos de produção de mundos nas paisagens de manguezal no Recôncavo da Bahia. Foi acompanhando pescadores nos manguezais, participando de reuniões junto ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia, propondo dinâmicas de sala e (caminh)aulas a partir da Unilab que pude conhecer conceitos e sentidos locais de viver nas áreas de pesca em meio à precariedade e aos mecanismos de exclusão. A história que conto é, portanto, a composição de muitas histórias e enunciados de diferentes projetos de mundo.

Quando falo do *guaimum petroleiro* falo das formas de perturbação das paisagens nas áreas de manguezal, e de como o petróleo e sua infraestrutura conformam corpos e lugares. Há diferentes formas de perturbação: pode ser um vazamento recente, como no caso do Marapé; pode ser um vazamento antigo, como no caso do guaimum petroleiro; pode ser o mangue morto, como no caso das prainhas; pode ser um aterro ocupado por humanos e não humanos, como parte do território de Dom João. Viver nas áreas de manguezal é, necessariamente, se relacionar com essas diferentes dimensões da perturbação.

Quando falo do *meio ambiente* falo da produção de uma narrativa purificadora por parte da Secretaria do Meio Ambiente de São Francisco do Conde, e do uso assimétrico da legislação ambiental como dispositivo de exclusão da população pesqueira, negra e pobre. Tratando o território de Dom João, o argumento conservacionista da Área de Preservação Permanente reivindica a impossibilidade dos pescadores habitarem os manguezais e margem do rio, ignorando o fato deste mesmo território (incluindo a própria “margem” do rio) ter sido, em boa parte, produzido pela cadeia de refino e exploração petroleira. Ou seja, o argumento do *meio ambiente* é um dispositivo do racismo institucional: visto que encoberta a dimensão petroleira dos lugares (o *petroceno*) e pouca força parece ter para coibir os vazamentos, além de excluir pescadores dos ambientes que, inclusive, ajudam a cuidar.

Quando falo do *Manquintal* falo de uma síntese conceitual produzida pelos estudantes da Unilab para descrever os quintais de Dom João, trazendo a potência do quilombo em sua condição ontológica relacional e multiespécie: como ressurgência da vida nas ruínas do petróleo e na imposição das fazendas monocultoras. Assim como os pescadores e pescadoras artesanais e seus aliados, estudantes da Unilab têm muito a ensinar à oficialidade e aos operadores do direito ambiental da região. Trata-se, portanto, de uma contra-narrativa produzida a partir de um Curso de Ciências Sociais recém-criado na região: de um novo modo de olhar através das ferramentas conceituais e epistemológicas que dispomos.

Quando falo do *quilombo* falo de um engajamento político dos coletivos pesqueiros junto ao Estado Brasileiro em prol de seus direitos aos modos de vida nos territórios da diferença, inseridos em uma rede ampla de comunidades e movimentos pela justiça social, antirracista e socioambiental no Brasil. No Recôncavo da Bahia, existe hoje um olhar atento e engajado contra contaminação e perturbação das paisagens de manguezal.

Este olhar vem do quilombo. Produzindo a crítica ao latifúndio, é também contra a perturbação do petróleo que a comunidade de Dom João se (re)volta.

Se na obra fundamental *A Queda do Céu* (2015), o xamã yanomami Davi Kopenawa traz o “recado da mata” (Viveiros de Castro, 2015) como forma de mostrar que o projeto ecocida do “Branco” contra os povos indígenas e as florestas determinará, também, o fim da humanidade (e do mundo Branco), são as lideranças quilombolas pesqueiras do Recôncavo da Bahia quem trazem o “recado do mangue”. É preciso levá-las a sério porque é um recado também sobre o presente e o futuro de todo(s) o(s) mundo(s): pois a “*maré é uma só*”.

Referências

- BARICKMAN, Bert Jude. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). 1998-1999. *Afro-Ásia*, 21-22, p. 177-238.
- BATHILON, Aldine V.; BENDO, Margarida D. L.; CARDOSO, Lauro J.; PINTO, Naiane J., Saber Manquintal: Manquintal no quilombo Dom João como espaço de memória e resistência. Trabalho Final da Disciplina Laboratório de Saberes II, ministrada pelo Professor Rafael Palermo Buti no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Unilab, 2018.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.
- GEOGRAFAR. 2015. Comunidade negra rural quilombola Porto de Dom João: Relatório Preliminar.
- HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin, in *Environmental Humanities*, Volume 6. Copyright, 2015, Duke University Press.
- INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. São Paulo: Vozes, 2015.
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Ed. 34.
- LITTLE, Paul. 2002. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322, UnB.

NODARI, Alexandre. Recipropriedade. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 26 - 35, 2018.

PINTO, Naiane. J. Experiencia e Memória: Uma Etnografia da experiencia de Migração Forçada em Dom João em São Francisco Do Conde-BA. Monografia Unilab, 2016.

Quilombo Dom João em Defesa do Meio Ambiente e contra o Derramamento e Contaminação de Petróleo – Carta Aberta da Comunidade Quilombola Dom João sobre o derramamento de petróleo ocorrido no dia 16 de maio de 2018. São Francisco do Conde, 02 de Julho de 2018.

SANSONE, Livio. Contraponto baiano do açúcar e do petróleo: São Francisco do Conde, Bahia 50 Anos Depois, In Pereira e Sansone, Projeto Unesco no Brasil: textos críticos, Salvador, Edufba, pp. 194-218

SANTOS, Boaventura de Souza. Da Ilha da Maré a outro mundo possível. Outras Palavras: comunicação partilhada e pós-capitalismo, 2017. In:<https://outraspalavras.net/brasil/boaventura-da-ilha-da-mare-a-outro-mundo-possivel/>

SANTOS, Joel Rufino dos. O dia em que o povo ganhou. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

STENGERS, Isabelle. No Tempo das Catástrofes. Cosac Naif, 2015

TSING, Anna Lowenhaupt. A Threat to Holocene Resurgence Is a Threat to Livability. In: The Anthropology of Sustainability. Palgrave Macmillan, New York, 2017. p. 51-65.

TSING, Anna. Viver nas Ruínas - paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: Mil Folhas, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Recado da Mata (Prefácio) In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.